

O curso técnico de Nutrição do CEEP, Itabuna - Bahia: o olhar a partir do currículo

The Nutrition's technical course of CEEP, Itabuna - Bahia: the view from the curriculum

Flávio Santos Bulhões^{1}, Danilo Missias Teixeira¹, Gabriel da Silva Amaral¹, Jéssica Goes Ramos Pinto¹, Cláudia Conceição de Paiva Mota¹, Elaine Jesus dos Santos¹, Anne Louisi Goes de Souza¹, Luciana Lima Rodrigues², Ivete Maria dos Santos¹, Elisa Prestes Massena¹*

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz/Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas/Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/Licenciatura em Química/ Bolsista,**batflavio@hotmail.com*

² Centro Estadual de Educação Profissional em Biotecnologia e Saúde, Itabuna, Bahia

Resumo

Nos últimos anos em Itabuna, Bahia, algumas escolas estaduais vêm sendo transformadas em escolas técnicas e isso pode ser reflexo do mercado de trabalho da região. Com isso se faz necessário estudo mais aprofundado acerca desses cursos. Nesse sentido temos o objetivo de investigar a componente disciplinar Química nas disciplinas do currículo do curso técnico de Nutrição do Centro Estadual de Educação Profissional em Biotecnologia e Saúde (CEEP), em Itabuna, na região sul da Bahia, no período de 2008 a 2011. Neste trabalho nos interessa compreender o lugar da componente disciplinar Química no currículo do curso investigado, uma vez que este componente se encontra disperso em uma série de disciplinas desse curso. Os resultados apontam que as matrizes curriculares foram modificadas ao longo do período estudado havendo uma diminuição da componente disciplinar Química e isto pode influir negativamente na formação do futuro profissional.

Palavras-chave: currículo, curso técnico, situação de estudo, Nutrição

Abstract

In recent years in Itabuna, Bahia, some state schools are being transformed into technical schools, which may be the reflection of the labor market from the region. Therefore it is necessary a depth study on these courses. In this sense, we aim to investigate the disciplinary component Chemistry in the subjects of curriculum of the Nutrition technical course from State Center of Professional Education in Biotechnology and Health (CEEP), in Itabuna, in southern Bahia, from 2008 to 2011. In this paper we are interested in understanding the place of the disciplinary component Chemistry in the curriculum of the investigated course, once this component is dispersed in a variety of subjects from this course. The results show that the curricular matrix has been modified over the period studied, having a decrease of the disciplinary

component Chemistry, and this may influence negatively in the formation of the future professional.

Key-word: curriculum, technical course, study situation, Nutrition

Introdução

Apesar dos esforços empreendidos nos últimos anos para que se tenham políticas públicas na área da educação profissional, muito ainda necessita ser feito. Segundo Wermelinger *et al.* (2007) historicamente existe discriminação por uma parcela da sociedade brasileira, pois esta considera que quem escolhe realizar a educação profissional de nível médio, o faz porque é desprovida de capacidade intelectual, econômica, social e cultural, preferindo assim entrar logo no mercado de trabalho a prosseguir nos estudos.

No Estado da Bahia, bem como em todo o território brasileiro os cursos técnicos foram introduzidos nas escolas públicas com a Lei nº 5.692/71, esses cursos tinham como principal função habilitar os estudantes para o exercício de uma profissão técnica com a formação baseada na interação entre o trabalho e a função social (BRASIL, 1971).

Posteriormente com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9394/96, é atribuída ao Ensino Médio uma formação geral capaz de preparar o indivíduo para o trabalho e para a cidadania (BRASIL, 1996). Além da LDB, a educação profissional regulamentada pelo Decreto nº 2.208/97 (BRASIL, 1997) é subdividida em níveis diferentes de formação e visa a proporcionar melhores possibilidades de preparo para o trabalho. A dissociação entre a formação geral e profissionalizante leva em conta a flexibilização, aspecto importante no desenvolvimento tecnológico e contemporâneo, bem como para o ingresso no novo século. Porém, segundo Ferretti (2000) antes da LDB nº 9.394/96 e do Decreto 2.208/97,

os então chamados cursos de 2º grau, quer na modalidade de cursos profissionalizantes, quer na forma de cursos técnicos (ainda na perspectiva da profissionalização compulsória regida pela Lei nº 5.692/71 e pelos Pareceres nº 45/72 e 76/75), ofereciam, na mesma escola e com algum nível de integração (conforme sugerem as respostas oferecidas por vários cursos investigados), formação geral (sob a denominação de núcleo comum do currículo) e formação técnica (sob a denominação de disciplinas específicas) (FERRETTI, 2000, p. 81).

No Brasil, principalmente na década de 1990, com a industrialização houve uma grande necessidade de mão de obra qualificada, e mediante tais circunstâncias deu-se mais importância aos cursos técnicos e profissionalizantes. Todavia deve-se enfatizar a diferença entre o curso técnico e profissionalizante, uma vez que o primeiro possui uma duração maior de tempo. Em contrapartida percebe-se também uma grande necessidade de investimentos por parte do Estado, a fim de melhorar a educação para que esta por sua vez possa servir de alicerce para que o indivíduo tenha condições de entrar no mercado de trabalho e suprir as exigências da sociedade capitalista.

Em estudo realizado por Carvalho (2010) com relação às políticas educacionais este autor menciona que

nos últimos 20 anos as políticas educacionais para o Ensino Médio têm difundido dizeres dispersos que, repetidos e reunidos, tentam

esboçar um novo modelo de educação e formação. O objetivo anunciado é o de superar os históricos conflitos do Ensino Médio e um deles é a questão da terminalidade [...]. As políticas também enfatizam a necessidade de um novo perfil profissional, moldado pelo desenvolvimento de “competências” e de “saberes”, que estariam sendo exigidos pelo mundo do trabalho em razão das novas formas de organização do trabalho e da produção (CARVALHO, 2010, p. 296).

Assim, segundo esse autor o modelo de educação e do perfil profissional que se quer formar, são marcados pelo discurso do “empreendedorismo”, que “funcionam como elementos centrais nos processos de transformar a formação em espaço capaz de facilitar os processos de adequação [...] ao trabalho na sociedade do conhecimento” (CARVALHO, 2010, p. 296).

Em referência aos currículos de cursos técnicos encontramos na literatura poucos trabalhos que abordassem esse assunto. Um exemplo de pesquisa voltada para essa temática foi o trabalho publicado por Bianco (2008) que enfatiza a importância da disciplina Bioquímica em cursos de graduação de Nutrição. Diante disso tornam-se necessários mais estudos que aprofundem a discussão sobre a realidade desses cursos, com o intuito de oferecer subsídios para que possam ocorrer melhorias na formação dos futuros profissionais. Como ocorreram as discussões a respeito da elaboração dos currículos dos cursos técnicos? Em qual perfil profissional se pensa? Essas são algumas questões relevantes de serem investigadas quando se decide estudar o currículo de um curso técnico.

Neste trabalho temos como objetivo investigar a componente curricular Química no currículo do curso técnico de Nutrição, do Centro Estadual de Educação Profissional em Biotecnologia e Saúde (CEEP), no período de 2008 a 2011.

Breve histórico da educação profissional no Brasil

Há tempos que muito se discute sobre o papel da escola na formação de cidadãos críticos e que sejam capazes de tomar suas próprias decisões, sejam elas relacionadas ao campo profissional, bem como ao pessoal. Esse fato se concretiza, quando se observa que o ensino disponível em escolas públicas atualmente não oferece uma base educacional capaz de desenvolver em seus estudantes a capacidade de formar um pensamento próprio acerca do mercado de trabalho. Segundo Medeiros (2009, p. 16), essa questão ganha um enfoque maior “diante do quadro por que passa a educação dos países em desenvolvimento.” Uma vez que, na América Latina, principalmente no Brasil, se encontra um cenário de miséria e precariedade em que vivem os trabalhadores e grande parte da população. Dessa forma, torna-se importante conhecer a relação estabelecida entre escola e o mercado de trabalho. Nesse sentido, a educação vem, a cada dia, buscando integrar o ensino básico com a formação profissional através de novas técnicas de aprendizado, principalmente através dos meios de comunicação de massa e das “tecnologias de ensino” (MEDEIROS, 2009).

O ensino técnico teve seu início no ano de 1960 quando foi publicada a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4.024/61 (BRASIL, 1961). Essa Lei foi importante porque conseguiu rescindir a rigidez curricular, o que propiciou maior flexibilidade nos currículos educacionais e permitiu a implantação de novas idéias para o ensino voltado para o meio social em que a escola se localizava. Mas foi só em 1971, com o surgimento da Lei nº 5.692/71, que o ensino técnico foi concretizado nas escolas públicas. Essa Lei modificou a realidade curricular dos cursos de formação básica e média, pois, a introdução generalizada do ensino profissional no então segundo grau se

fez sem preocupação de se preservar a carga horária destinada à formação de base. Assim, nesse contexto, o tecnicismo se consagrou no Brasil. A LDB nº 5.692/71 fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e proporcionou outras providências, como a abertura para a implantação dos cursos técnicos. Dessa forma, em consequência de um novo cenário econômico e produtivo que se estabeleceu no país, com o desenvolvimento de tecnologias complexas e com a prestação de serviço, que as empresas se viram com necessidade de mão de obra técnica qualificada. Isso fez com que o Estado proporcionasse cursos com o objetivo de elevar a qualidade dessa oferta e os colégios Polivalentes se tornaram uma alternativa viável.

Os colégios Polivalentes foram planejados como estabelecimentos de ensino para atender ao ideário da educação tecnicista. Assim houve o planejamento sistemático do corpo docente que passou a exercer funções específicas e o ambiente dos cursos passou a contar com uma estrutura especial. Assim, foi com base na LDB nº 5.692/71 que em 12 de junho de 1976 foi criado o Colégio Polivalente de Itabuna, que possuiu a sua educação baseada no ensino tecnicista, abrindo portas para que os novos alunos, além de terem a oportunidade de aprender os conteúdos do Ensino Fundamental e Médio, também pudessem obter uma profissão que fosse reconhecida pela sociedade na qual estavam inseridos.

No entanto, no período correspondente as décadas de 1980 e 1990, os Polivalentes do Brasil passaram por mudanças na sua estrutura organizacional e didático-pedagógica, devido às transformações sócio-políticas, passando a ministrar também cursos de Formação Geral de nível médio para os atuais estudantes.

Em 2008 ocorreram novas transformações, pois apoiados na LDB nº 9.394/96, que foi alterada pela Lei nº 11.741/2008 (BRASIL, 2008), que ainda está sendo discutida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e também o Decreto nº 11.355, de 04 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que considera o Decreto Federal que institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil nº 6.301, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007) e o Art. 58, item II da Lei Estadual nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), que estabelece as finalidades da Superintendência de Educação Profissional, o Colégio Polivalente passou a contar apenas com os cursos técnicos, tendo seu nome modificado para Centro Estadual de Educação Profissional em Biotecnologia e Saúde (CEEP).

O retorno dos cursos técnicos ao CEEP foi uma necessidade, visto que a Bahia é um Estado em ascensão e necessita de mão de obra qualificada para os mais diversos campos de trabalho. Como as escolas técnicas atuam no aperfeiçoamento da ordem social e se articulam diretamente com o setor produtivo, houve uma preocupação em formar profissionais competentes para suprir a demanda do Estado.

Porém, a existência de um ensino profissional que fosse integrado às séries do ensino básico só ganhou força depois do Decreto nº 2.208/97 (BRASIL, 1997). Esse documento regulamenta, entre outros aspectos, que o ensino técnico quando integrado ao nível médio proporcione habilitação profissional aos alunos matriculados nesse tipo de educação. No entanto, atualmente já está em vigor o Decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004) que revogou o Decreto nº 2.208/97.

Mas atualmente, no Brasil uma das questões que mais envolvem a educação profissional integrada ao ensino básico, tem sido a dificuldade de fazer com que esses cursos consigam articular às necessidades trabalhistas do mercado moderno ao mesmo tempo que ofereçam uma base sólida na formação de caráter geral aos estudantes. Ou seja, formar profissionais capazes de superar as dificuldades do mundo contemporâneo e

atuar como cidadãos conscientes (FERRETI, 1997). Continuamente, Frigotto *et al.* (2005) questiona sobre as bases do projeto de desenvolvimento econômico e social do Brasil de hoje quanto a sua superação ou acomodação em relação a lógica internacional do trabalho que, historicamente, reduz os trabalhadores a fatores de produção e, em razão disso, torna sua formação um investimento em “capital humano”, psicofísica e socialmente adequada á reprodução ampliada do capital.

O caminho metodológico

A pesquisa em questão é de cunho qualitativo que considera os fenômenos e o contexto em que estes são encontrados (BOGDAN e BIKLEN, 1994). Consideramos fenômenos neste caso as matrizes curriculares e as respectivas ementas, uma vez que optamos pela pesquisa documental que, de acordo com Le Goff (1996) precisa determinar um período a ser investigado, considerando o contexto histórico, político e social em que tais documentos foram produzidos. Foram considerados documentos as matrizes curriculares, as ementas das disciplinas do curso técnico de Nutrição do CEEP e a legislação vigente sobre os cursos técnicos. O período investigado foi de 2008 a 2011.

No CEEP existem os cursos técnicos de Nutrição, Enfermagem, Gerência em Saúde, Segurança do Trabalho e Biotecnologia. Neste trabalho iremos investigar o currículo do curso técnico de Nutrição¹.

Para sabermos se haviam trabalhos que discutissem o currículo do curso técnico de Nutrição realizamos o levantamento bibliográfico em sete Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) e busca em quatro periódicos científicos, a saber, Ciência & Educação, Investigações em Ensino de Ciências, Revista Electronica Enseñanza de las Ciencias, Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências e Ensaio. O período buscado foi de 2006 a 2010.

O estudo das matrizes curriculares de 2008 a 2011

De acordo com Lopes (2007, p. 77) “as disciplinas escolares são compreendidas como didatização de conhecimentos científicos e/ou acadêmicos produzidos em outros lugares que não a escola” e, posteriormente, quando de fato essas disciplinas se constituem em conhecimento escolar, consideram para tais fatores aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Quando tratamos das disciplinas de um curso técnico não é diferente, existe uma apropriação do currículo do curso técnico por disciplinas científicas. Com isso pode-se dizer que ocorre o que, segundo Goodson (1997) é denominado a construção social do currículo, ou seja, existe um currículo, mas este é construído de fato de acordo com os sujeitos atuantes no curso que historicamente constroem o currículo, selecionando os conteúdos a serem ministrados nesse curso. E, ainda segundo esse autor, é o currículo escrito que define as racionalidades e a retórica da disciplina.

Além do aspecto disciplinar, é relevante entendermos que a escola tem seu papel de não apenas ‘formar pessoas’ mas também de produzir conhecimento e, segundo Apple (2006) esse conhecimento precisa ser visto também como uma construção social. Além

¹ O motivo da escolha desse curso foi porque o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Licenciatura em Química) atua nessas turmas e já há um ano vem sendo realizadas atividades voltadas para esse curso.

de não se poder “[...] negar o papel preponderante da escola como socializadora de saberes [...]” (LOPES, 1999, p. 166).

O currículo do curso técnico de Nutrição foi estabelecido pela Secretaria de Estado de Educação da Bahia (SEC/BA) em 2008 e, ao longo de três anos, vem passando por modificações. Essas modificações ocorrem em nível de SEC/BA e chegam à escola sem que tenha havido nenhuma discussão com o corpo docente.

O curso técnico em Nutrição apresenta em sua matriz curricular disciplinas que compõem a Base Nacional Comum (BNC), a Formação Técnica Geral (FTG) e a Formação Técnica Específica (FTE). Na Tabela 1 podem ser observadas as disciplinas referentes à BNC no ano de 2008.

Tabela 1. Disciplinas ministradas na Base Nacional Comum (BNC) em 2008.

BNC (2008)			
1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
-Filosofia	-Filosofia	-Geografia	-Artes
-Geografia	-Geografia	-História	-Educação Física
-História	-História	-Sociologia	-Língua Estrangeira
-Língua Portuguesa	-Língua Portuguesa	-Língua Portuguesa	Moderna
-Biologia	-Biologia	-Matemática	
-Física	-Física		
-Matemática	-Matemática		
-Química	-Química		
	-Sociologia		

Podemos observar que a disciplina Química aparece nas duas primeiras séries. A ementa referente a essa disciplina para a 1ª série apresenta os seguintes conteúdos: a relação Química-Sociedade-Tecnologia; Experimentos; a Química e as transformações na história da produção; interação matéria e energia; estados dos materiais; Química atomista e tabela periódica; Transformações químicas e quantidades; Soluções e solubilidade; Termoquímica; Eletroquímica; Equilíbrio químico; Propriedade coligativas; A Química da drogas e medicamentos; Funções orgânicas. Com relação à 2ª série os conteúdos são: Aditivos químicos; Métodos de conservação de alimentos; Cinética química; Termoquímica; Transformações dos Alimentos; Elementos químicos; Agrotóxicos; Transgênicos; Ácidos e Bases; Noções Básicas de Química Orgânica.

Na FTG além das disciplinas da BNC os estudantes cursam as disciplinas observadas na Tabela 2.

Tabela 2. Disciplinas ministradas na Formação Técnica Geral (FTG) em 2008.

FTG (2008)			
1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
-Sociologia- Organização dos Processos de Trabalho	-Biologia-Higiene, Saúde e Segurança do Trabalho	-Filosofia e Metodologia Científica	-Sociologia- Organização Social do Trabalho -Informática- Inclusão Digital - Filosofia e Direito do Trabalho

Para a FTE são ministradas as disciplinas observadas na Tabela 3.

Tabela 3. Disciplinas ministradas na Formação Técnica Específica (FTE) em 2008.

FTE (2008)			
1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
-Anatomia e Fisiologia Humana	-Fundamentos Básicos de Nutrição e Dietética II	-Nutrição e Dietética I	-Nutrição e Dietética II
-Fundamentos Básicos de Nutrição e Dietética I	-Microbiologia e Imunologia	-Métodos e Técnicas de Preparo Alimentar I	-Métodos e Técnicas de Preparo Alimentar II
-Higiene e Profilaxia	-Nutrição Materno-Infantil	-Fisiologia da Nutrição	-Dietoterapia e Patologia da Nutrição II
-Nutrição e Saúde Pública	-Tecnologia de Alimentos	-Bromatologia	-Administração das Unidades de Alimentação
		-Dietoterapia e Patologia da Nutrição I	-
		-Bioquímica	Empreendedorismo e Gestão

Dessas dezenove disciplinas estudadas na FTE cinco disciplinas possuem em sua componente aspectos químicos, a saber: Fundamentos Básicos de Nutrição e Dietética I e II; Métodos e Técnicas de Preparo Alimentar I; Bromatologia e Bioquímica.

Em relação à matriz curricular de 2010, as disciplinas da BNC e da FTG apresentam as mesmas disciplinas da grade de 2008. Entretanto na FTE duas disciplinas que faziam parte da grade de 2008 foram suprimidas da grade de 2010, estas duas foram Microbiologia e Imunologia, que eram ministradas na 2ª série e a disciplina Higiene e Profilaxia, estudada na 1ª série. Com relação às disciplinas Fundamentos Básicos de Nutrição e Dietética I e II, para a grade de 2010 ela foi transformada em uma disciplina só. Essas modificações ocorreram em nível da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e chegaram a escola para serem executadas. Isso faz com que a escola esteja com turmas com três matrizes curriculares: 2008, 2010 e 2011.

Na Tabela 4 pode ser observado o percentual de disciplinas em cada bloco durante o período de 2008 a 2011.

Tabela 4. Percentuais por grupos de disciplinas de 2008 a 2011.

Ano	BNC ¹	FTG ²	FTE ³	Total
2008	12 (32,4%)	6 (16,2%)	19 (51,4%)	37
2010	12 (35,3%)	6 (17,6%)	16 (47,1%)	34
2011	12 (41,4%)	6 (20,7%)	11 (37,9%)	29

¹Base Nacional Comum; ²Formação Técnica Geral; ³Formação Técnica Específica

Com relação às disciplinas estudadas na BNC no ano de 2008, estas foram às mesmas, estudadas dois anos depois em 2010. Observando as matrizes curriculares de 2008, 2010 e 2011 em relação à BNC podemos inferir que houve uma variação curricular no período de 2010 em relação à 2011. A modificação ocorrida em relação à matriz de 2011 na BNC foi a retirada da disciplina Química da 1ª série e podemos inferir que isso é prejudicial à formação dos estudantes, pois os conteúdos tratados nesta disciplina são básicos e podem influenciar no entendimento de algumas disciplinas específicas do curso.

Quando observamos a Tabela 4 podemos inferir que mesmo com a retirada da disciplina Química da BNC, a matriz curricular está em conformidade com o disposto no Artigo 10, itens I, II e III das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 1998). Segundo o citado Artigo o currículo da BNC deverá contemplar as três áreas do conhecimento (Linguagens e Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias) com tratamento metodológico que evidencie a interdisciplinaridade e a contextualização.

Em relação à FTG podemos inferir que as disciplinas de 2008 até o ano vigente de 2011, no curso técnico de Nutrição, ainda são as mesmas. Isto mostra que não ocorreram mudanças na unidade básica do currículo. Isso mostra a estabilidade curricular preconizada por Goodson (1997) em que com o passar do tempo não houve mudanças curriculares no que tange a FTG.

Em relação à FTE podemos observar que há uma diminuição no número de disciplinas de 2008 para 2010 e, desta última para 2011. Sendo que de 2010 para 2011 há uma diminuição de cinco disciplinas em que ocorreu a inclusão de novas disciplinas e a fusão de outras. Por exemplo, Métodos e Técnicas de Preparo Alimentar I e II foram transformadas em uma disciplina; Dietoterapia e Patologias da Nutrição I e II se transformaram na disciplina Dietoterapia; são incluídas as disciplinas Técnica Dietética, Higiene do Alimento e Biosegurança e foi excluída a disciplina Bromatologia, que é uma disciplina que trata de vários aspectos químicos.

Isso implica em uma diminuição da componente curricular Química com o passar do tempo. Segundo depoimentos de professores dessa componente curricular da escola, essas modificações nas grades curriculares ocorreram sem que houvesse uma consulta a escola e nem discussão pelo corpo docente da mesma. Segundo Santos (2009) as reformas introduzidas verticalmente costumam provocar certa resistência por parte dos professores. A literatura sobre reformas educacionais tem denunciado que a falta de participação do professor na formulação das propostas curriculares contribui para que ele seja visto como um mero executor, desconsiderando o fato de que é justamente esse profissional que participa diariamente do contexto escolar. Esse pensamento tem corroborado para que grande parte das reformas elaboradas permaneça no papel, isto é, sejam cumpridos apenas os trâmites burocráticos exigidos, não ocasionando modificações significativas no trabalho docente.

Isso futuramente pode implicar em lacunas na formação do futuro profissional formado pelo curso. Tendo em vista que algumas disciplinas apresentam competências e habilidades que possuem grande influência de conhecimentos químicos para serem desenvolvidas pelos alunos, conforme é mostrado na Tabela 5 abaixo.

Tabela 5. Grupo de disciplinas presentes nas matrizes curriculares de 2008 a 2011 que possuem conhecimentos químicos.

Disciplinas	Conhecimentos e habilidades
Fundamentos Básicos de Nutrição e Dietética I e II	<ul style="list-style-type: none"> • Conceituar e exemplificar alimentos transgênicos, trans, light e diet.
Métodos e Técnicas de Preparo Alimentar I	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as características organolépticas, nutricionais e composição química de cada classe de alimentos. • Conhecer as propriedades e mudanças químicas produzidas no alimento de acordo com o método de cocção empregado.
Bromatologia	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e aplicar as técnicas de análise de

	alimentos, no que se refere ao seu valor nutricional e a sua caracterização química.
	<ul style="list-style-type: none"> • Determinar a composição química de alimentos, produtos alimentícios, dietas através de análises químicas.
Bioquímica	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as noções químicas do conceito de pH. • Identificar a estrutura de carboidratos. • Saber distinguir estruturalmente proteínas, carboidratos e lipídios.

Fonte: Projeto Político Pedagógico do Curso.

Conforme é apresentado na Tabela 5 é possível perceber a necessidade de conhecimentos inerentes da Química Orgânica, Analítica e Físico-Química que auxiliarão no entendimento desses conteúdos. De acordo com Santos e Schnetzler (2000), os temas químicos são importantes na compreensão e contextualização dos conteúdos programáticos. A partir daí é possível desenvolver as habilidades e competências exigidas para a formação profissional do futuro técnico em Nutrição.

Assim apesar do primeiro currículo do curso de Nutrição ter sido instituído em 2008, é ao longo dos anos que ele vai se constituindo como um corpo de disciplinas. Ainda em relação à FTE, em estudo de Bianco (2008) é ressaltada a importância da disciplina Bioquímica em cursos de graduação de Nutrição de São Paulo. Segundo esse autor a Bioquímica é importante para assegurar o entendimento de outras disciplinas e também para o desenvolvimento do futuro nutricionista.

Com relação à busca nos Anais do ENPEC e nos periódicos selecionados foram encontrados poucos estudos que tratassem do currículo de cursos técnicos e especificamente de cursos de ensino superior de Nutrição (BIANCO, 2008).

Em relação aos artigos analisados pode-se observar a existência de aspectos de diferenciação entre o Ensino Médio e o Ensino Técnico. O que observamos também foi uma grande necessidade por parte do mercado pelo curso profissionalizante, uma vez que a formação profissional passa a enfatizar a necessidade dos sujeitos possuírem formação para a obtenção de um emprego, satisfazendo por sua vez perspectivas capitalistas. Contrapondo-se ao ensino profissionalizante, o Ensino Médio, preza por uma educação onde o sujeito teria uma função mais reflexiva e não de estar preparado apenas para servir e atender as exigências da globalização (FERRETTI, 1997, 2000; CARVALHO, 2010).

À guisa de conclusão

É a partir do final da década de 1990 e início dos anos de 2000 que as escolas estaduais baianas e, mais especificamente as da região de Ilhéus e Itabuna, passam a incorporar mais fortemente os cursos técnicos. Em particular o Colégio Polivalente de Itabuna se transforma em CEEP em 2008 e isso não necessariamente faz com que sua clientela passe a ser outra. O colégio se vê bastante solicitado pela comunidade local por proporcionar a possibilidade da obtenção de uma profissão ao final da realização de um curso técnico e isso representa a possibilidade de oportunidade no mercado de trabalho.

Em relação ao currículo do curso de Nutrição, o mesmo é modificado a revelia do corpo docente, visto que alterações são realizadas em nível de Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SEC/BA) e as modificações chegam a escola para serem cumpridas

pelo corpo docente. Essa forma de modificação do currículo nos mostra o quanto as relações de poder são assimétricas e como não existe a possibilidade do currículo ser construído socialmente pelo corpo docente da escola, pois ao final as decisões são tomadas em níveis que estão fora do alcance de professores que são os sujeitos que praticam de alguma forma o currículo do curso (GOODSON, 1997).

Assim para que a escola seja responsável por suas reconfigurações curriculares é importante que a escola tente estabelecer um diálogo com a SEC/BA para assim poder pensar nas modificações de suas matrizes curriculares e não aceitar as imposições, pois segundo Apple (2006) a instituição de ensino é que deve ser responsável pelo tipo de conhecimento que deve ser ensinado.

Referências

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 288p.

BIANCO, A. A. G. A disciplina de Bioquímica para o curso de Nutrição: uma proposta de desenvolvimento de currículo. 2008. 407f. Tese (Doutorado em Bioquímica). Instituto de Química, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/46/46131/tde-07022008-115125/pt-br.php>> Acesso em: 5 abr 2011.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Trad. ALVAREZ, M. J.; SANTOS, S. B.; BAPTISTA, T. M. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Decreto nº 11.355, de 04 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a instituição dos Centros Estaduais e dos Centros Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/75464/decreto-11355-08-bahia-ba>>. Acesso em: 15 abr 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.301, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Disponível em: <<http://www.mp.ro.gov.br>> Acesso em: 14 abr 2011.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>> Acesso em: 18 maio 2011.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>> Acesso em: 12 abr 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>> Acesso em: 12 abr 2011.

BRASIL. Lei Estadual nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007. Modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual [...]. Disponível em <http://www.saeb.ba.gov.br/cgr/downloads/legislacao/lei_est_10.955_21-12-07_modifica_aestruturaorganiza.pdf> Acesso em: 3 jul 2011.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> > Acesso em: 29 abr 2011.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996 [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm> Acesso em: 3 jul 2011.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em:< <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei11788.htm> > Acesso em: 18 mai 2011.

BRASIL. Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/res0398.pdf> > Acesso em 02 jun 2011.

CARVALHO, C. Conhecimento e profissionalização no ensino médio: a lógica da naturalização e da adaptação social. **EccoS Revista Científica**, v. 12, n. 2, p. 289-306, jul./dez 2010.

FERRETTI, C. J. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: Anos 90. **Educação e Sociedade**, n. 59, ano XVIII, p. 225- 269, 1997.

FERRETTI, C. J. Mudanças em sistemas estaduais de ensino em face das reformas no Ensino Médio e no Ensino Técnico. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 70, p.80-99, abr 2000.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional do governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial out 2005.

GOODSON, I. F. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 4 ed. Campinas, SP: Unicamp, 1996. p. 535-553.

LOPES, A. C. A disciplina Química: currículo, epistemologia e história. In: _____. **Currículo e Epistemologia**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. cap. III. p. 75-105.

LOPES, A. R. C. **Conhecimento escolar: ciência e cotidiano**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.236p.

MALDANER, O. A.; ZANON, L. B.; BAZZAN, A. C.; DRIEMEYER, P. R.; PRADO, M. C.; LAUXEN, M. T. C. Currículo contextualizado na área de Ciências da natureza e suas tecnologias: a Situação de Estudo. In: ZANON, L. B.; MALDANER, O. A. (orgs.) **Fundamentos e propostas de ensino de Química para a Educação Básica no Brasil**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. p. 109-138. (Coleção Educação em Química).

MEDEIROS, C. S. M. **Escolas públicas brasileiras: desafios e dificuldades do ingresso de seus egressos na universidade e no serviço público**. 2009. 57f. Monografia (Especialização em Administração Judiciária) – Universidade Vale do

Acaraú/Escola Superior de Magistratura do Estado do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em:< <http://bdjur.tjce.jus.br/jspui>>. Acesso em: 18 maio 2011.

SANTOS, I. M. **Reformulação Curricular no Curso de Licenciatura em Química: fatores que contribuem para a configuração de um processo inovador**. 2009. 141f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) - Instituto de Física da USP, São Paulo.

SANTOS, W.L.P. e SCHNETZLER, R.P. **Educação em química: compromisso com a cidadania**. 2ª ed. Ijuí: Unijuí, 2000.

WERMELINGER, M.; MACHADO, M. H.; AMÂNCIO FILHO, A. Políticas de educação profissional: referências e perspectivas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 15, n. 55, p. 207-222, abr./jun 2007.